

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª SÉRIE ÚNICA, PARA
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, DA ADHER INVESTIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(i) **ADHER INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.040.791/0001-98, com sede na Alameda Araguaia, 933, conjunto 92, Alphaville, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, na qualidade de agente fiduciário e de representante dos debenturistas, atuando nos termos da Lei nº 6.404/76,

(ii) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** sociedade limitada com sede na Avenida Ayrton Senna, 3.000, bloco 1, grupo 317, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures, representada neste ato na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

e, ainda, na qualidade de garantidoras fiadoras solidárias,

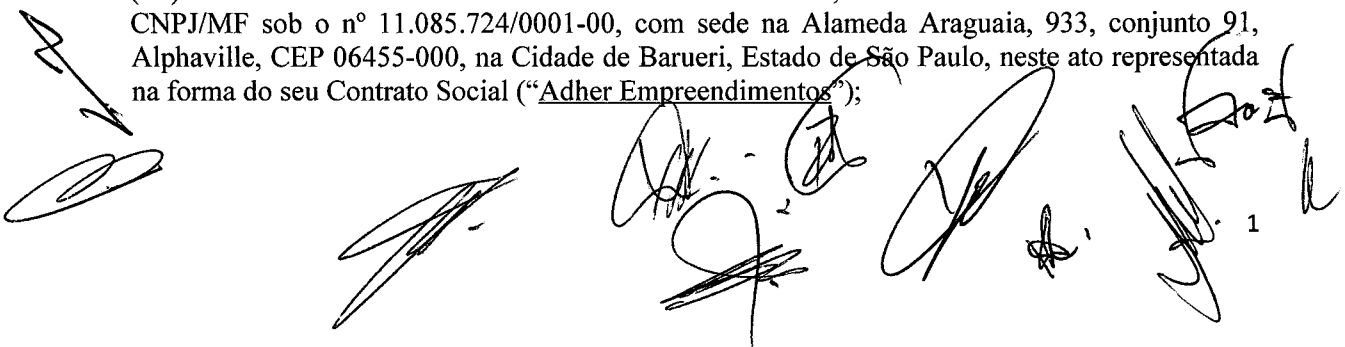
(iii) **ADHER MINERAÇÃO LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.176.677/0001-39, com sede na Avenida Rudolf Daerner, 400, bloco 02, sala 201/203/205/207, CEP 18085-005, na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Adher Mineração");

(iv) **ADHERBRITA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.187.491/0001-85, com sede na Alameda Araguaia, 933, conjunto 94, Alphaville, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Adherbrita");

(v) **ADHERCAL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.390.025/0001-00, com sede na Alameda Araguaia, 933, conjunto 93, Alphaville, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Adhercal");

(vi) **ADHERMIXCONCRETO LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.853.400/0001-01, com sede na Avenida Manoel Pedro Pimentel, 585, Pátio da CPTM, CEP 06020-194, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Adhermix");

(vii) **ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.085.724/0001-00, com sede na Alameda Araguaia, 933, conjunto 91, Alphaville, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Adher Empreendimentos");



JUCESP

19 04 13

Sendo a Adher Mineração, Adherbrita, Adhercal, Adhermix e Adher Empreendimentos doravante denominadas, em conjunto, como “Fiadoras”;

VÊM as Partes, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente “**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA ADHER INVESTIMENTOS S.A.**” (“Escritura”), em conformidade com os termos e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DA AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora (“AGE”) realizada em 03 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA. DOS REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real (“Emissão”), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404”), e pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM 476”)

2.1. Arquivamento da AGE

A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”).

2.2. Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será publicada (i) no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo; e (ii) no jornal Empresas e Negócios de São Paulo.

2.3. Inscrição da Escritura e de Eventuais Aditamentos

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 6.404.

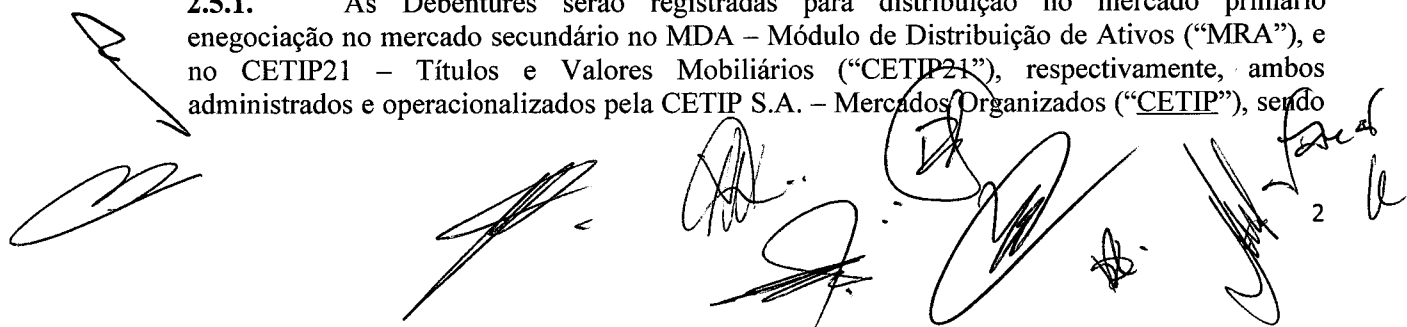
2.4. Registro na CVM e na ANBIMA

2.4.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da ICVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, § 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a presente Emissão está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).

2.5. Registro na CETIP

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário enegociação no mercado secundário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MRA”), e no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo



DUCE SP

as distribuições e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da ICVM 476, desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

2.6. Constituição das Garantias Reais

2.6.1. As garantias descritas no item 4.7 abaixo foram aprovadas pela AGE realizada em 03.12.2012 e serão plenamente constituídas, às expensas da Emissora, mediante o registro dos respectivos documentos aplicáveis no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente ("Documentos de Garantia") e no Livro de Registro de Ações da Emissora, conforme aplicável, previamente à subscrição e integralização das Debêntures.

2.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

2.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A. ("Banco Liquidante") e a instituição prestadora de serviço de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA TERCEIRA. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 4º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social: (a) a participação societária em outras sociedades; (b) a associação em negócios e empreendimentos com terceiros; e (c) a intermediação de negócios.

3.2. Emissão e Séries

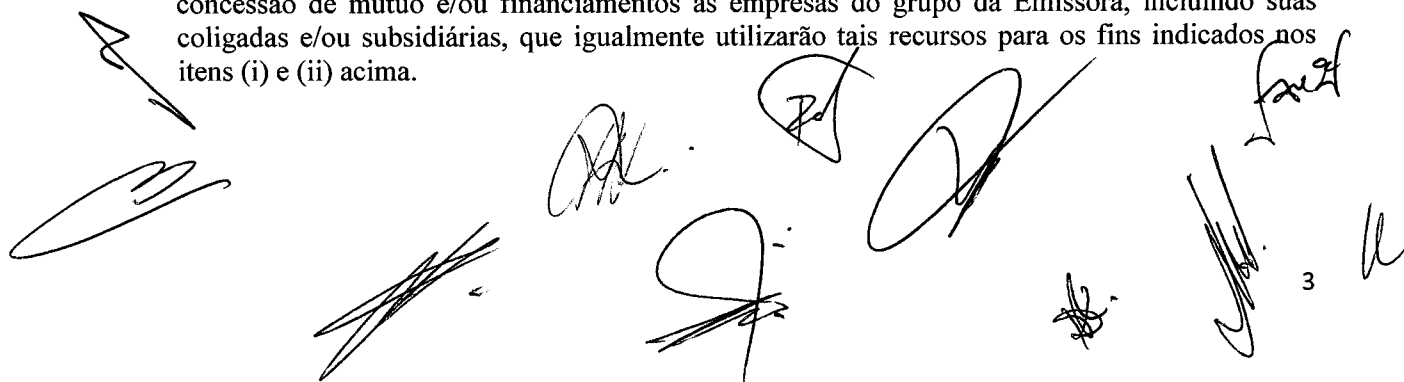
A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, a ser realizada em uma única série ("Debêntures").

3.3. Valor da Emissão

A presente Emissão terá o valor total de até R\$ 75.500.000,00 (setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos captados pela Emissora em decorrência da presente Emissão serão utilizados para (i) reforço do capital de giro da Emissora e de empresas do seu grupo econômico e alteração do perfil de endividamento; (ii) expansão da capacidade produtiva das empresas do grupo Emissora, incluindo suas coligadas e/ou suas subsidiárias, por meio de investimento em pesquisa, compra de bens móveis, imóveis e/ou semoventes, tangíveis e/ou intangíveis; (iii) concessão de mútuo e/ou financiamentos às empresas do grupo da Emissora, incluindo suas coligadas e/ou subsidiárias, que igualmente utilizarão tais recursos para os fins indicados nos itens (i) e (ii) acima.



3

DUEX

18 04 13

3.4.1. Liberação de Recursos

3.4.1.1. Os recursos provenientes da integralização das Debêntures deverão ser depositados na Conta de Depósito (conforme definida a seguir) pelo Coordenador Líder e nela permanecer bloqueados até a sua liberação, pelo Agente Fiduciário, desde que as garantias conferidas pela Emissora, nos termos do item 4.7, atinjam 120% (cento e vinte por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures devidamente acrescido da Remuneração respectiva (“Percentual Mínimo de Garantia”).

3.4.1.2. A liberação dos recursos da Conta de Depósito para uma conta de livre movimentação da Emissora somente poderá ocorrer após solicitação escrita da Emissora neste sentido, e desde que estejam cumpridas, na respectiva data de liberação, as seguintes condições:

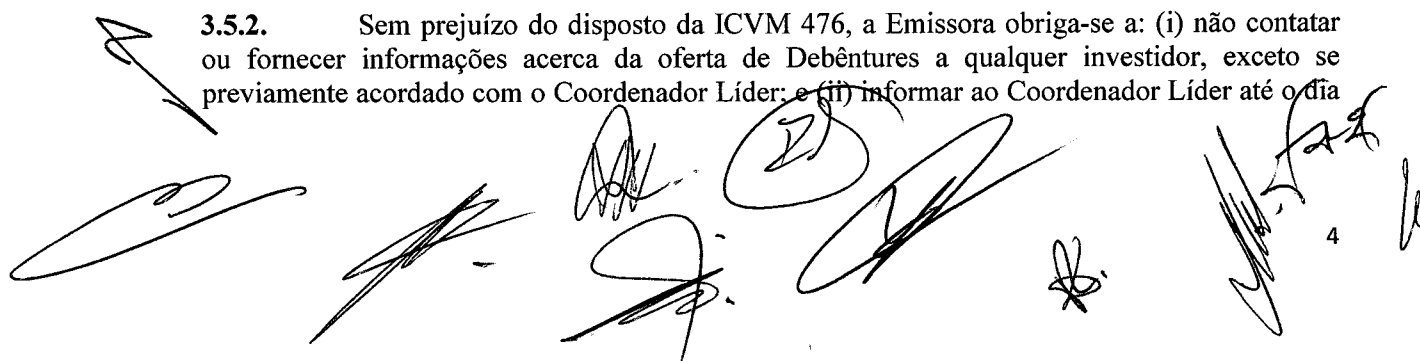
- a) comprovação ao Agente Fiduciário, mediante apresentação de documentos, de protocolo ou registro de Garantias, conforme o caso, pela Emissora, em montante equivalente ao Percentual Mínimo da Garantia;
- b) manutenção de saldo mínimo na Conta de Depósito equivalente às 2 (duas) próximas parcelas de juros remuneratórios vincendas a partir do 13º mês da integralização das debentures;
- c) nenhum Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido ou, caso tenha ocorrido, tenha sido plenamente sanado;
- d) recebimento, pelos Debenturistas, de declaração da Emissora atestando que, até a data do pedido da Liberação dos Recursos, (i) está adimplente com suas obrigações assumidas nesta Escritura; (ii) não ocorreu qualquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula Quinta desta Escritura; (iii) não ocorreu Impacto Adverso Relevante na Emissora e/ou nas Fiadoras; e (iv) suas declarações e garantias constantes desta Escritura permanecem válidas, completas, corretas e regulares; e
- e) declaração de que as Garantias anteriormente constituídas permanecem válidas, vigentes e eficazes, conforme previstas no item 4.7 nesta Escritura.

3.4.1.3. É expressamente vedado ao Agente Fiduciário proceder a qualquer Liberação dos Recursos sem o atendimento do disposto neste item 3.4.1.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão distribuídas mediante realização de oferta pública com esforços restritos, nos termos do disposto na ICVM 476, sob o regime de melhores esforços da totalidade das Debêntures, cuja intermediação será realizada pela NSG POSITIVA CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (“Coordenador Líder”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da ICVM 476, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) de tais investidores qualificados. As Debêntures serão distribuídas pelo Coordenador Líder em regime de melhores esforços de colocação.

3.5.2. Sem prejuízo do disposto da ICVM 476, a Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da oferta de Debêntures a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia



4

útil imediatamente subsequente à ocorrência de contato que receba de potencial investidor que venha a manifestar seu interesse na oferta de Debêntures.

3.6. Registro das Debêntures

3.6.1. A titularidade das Debêntures será comprovada por extrato a ser emitido pela **Itaú Corretora de Valores S.A.**, que será a instituição responsável pela escrituração das Debêntures (“Escriturador Mandatário”).

3.7. Classificação de Risco

A Emissora deverá providenciar, às suas custas, o relatório definitivo de classificação de risco das Debêntures com Agência Classificadora de Riscos de primeira linha em até 120 (cento e vinte dias) contados da Data de Emissão.

CLÁUSULA QUARTA. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas até 7.550 (sete mil quinhentas e cinquenta) Debêntures.

4.1.2. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário (“Valor Nominal Unitário”) de cada Debênture será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos de direito, a data de emissão das Debêntures é 15 de abril de 2013 (“Data de Emissão”).

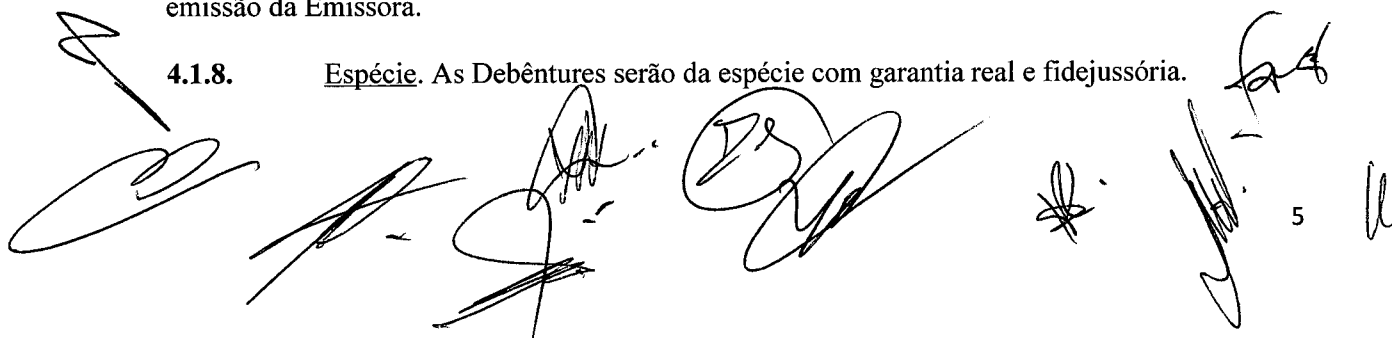
4.1.4. Prazo e Data de Vencimento. O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2018, sem prejuízo de ter seu vencimento declarado antecipadamente conforme disposto na Cláusula Cinco. Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação integral das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração devida, nos termos desta Escritura.

4.1.5. Forma. As Debêntures serão nominativas, escriturais, sem a emissão de certificados ou cautelas, sendo o Escriturador Mandatário responsável pela escrituração das Debêntures.

4.1.6. Comprovação de Titularidade das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos depósitos realizados pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.1.7. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real e fidejussória.



5

DUCESP
18 04 13

4.2. Da Subscrição

4.2.1. Preço de Subscrição. O preço de subscrição de cada Debênture será o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, devidamente acrescido da Remuneração, da Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, conforme descrito nos itens 4.4 e 4.5 desta Escritura (“Preço de Subscrição”).

4.2.2. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data, devendo a respectiva integralização ocorrer à vista, em moeda corrente nacional.

4.3. Condições de Negociação das Debêntures

Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as seguintes condições: (i) transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de subscrição ou de aquisição das Debêntures; (ii) aquisição das Debêntures apenas por investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da ICVM 476; e (iii) celebração, pelos adquirentes das Debêntures, de declaração em que atestem ciência de que a Emissão não foi registrada na CVM, e que as Debêntures estão sujeitas às restrições previstas na ICVM 476.

4.4. Atualização do Valor Nominal das Debêntures

A partir da Data da Emissão até o seu efetivo pagamento, o Valor Nominal Unitário da Debênture será atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA/IBGE”), sendo calculado da seguinte forma:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde}$$

“VNa”= Valor Nominal Unitário atualizado (“Valor Nominal Atualizado”), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“VNe” = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, após amortização e/ou atualização, conforme aplicável, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

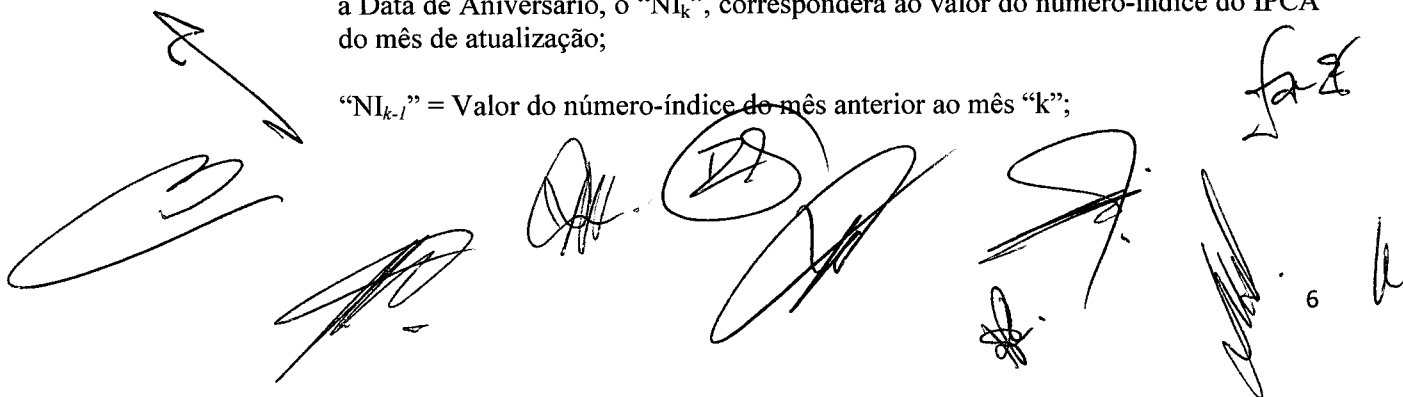
“C” = Fator acumulado da variação mensal do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado conforme abaixo

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right], \text{ onde}$$

“n” = Número total de número-índices considerados na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro;

“NI_k” = Valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário do ativo. Após a Data de Aniversário, o “NI_k”, corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

“NI_{k-1}” = Valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”;



6

DUCESP

“*dcp*” = Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número de “*dct*”, sendo *dcp* um número inteiro; e

“*dct*” = Número de dias úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo *dct* um número inteiro.

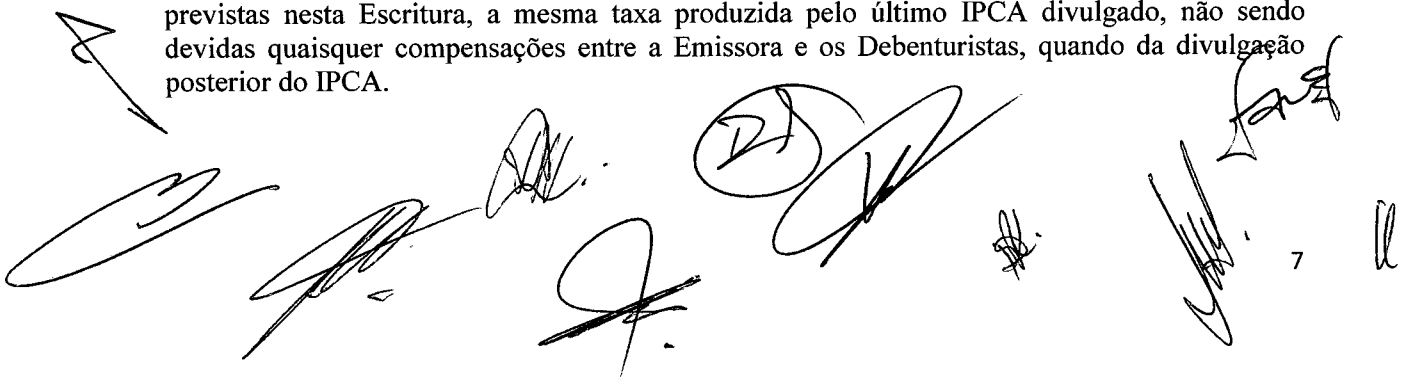
Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

4.4.1. O Valor Nominal Unitário da Debênture será atualizado mensalmente, considerando, para efeitos da fórmula acima, todo dia 15 (quinze) de cada mês como “Data de Aniversário” e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

4.4.2. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura para as Debêntures, será utilizada, em sua substituição, o último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.4.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva das Debêntures”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.



7

4.4.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário da Debênture desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.4.5. Caso na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo do Valor Nominal Unitário da Debênture entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária do Brasil.

4.4.6. A aplicação do IPCA/IBGE ou de qualquer dos índices que venha a substituí-lo, quando for o caso, ocorrerá na menor periodicidade permitida por lei, prescindindo tal modificação de aditamento da presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.5. Remuneração

4.5.1. A partir da Data de Emissão, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, o(s) Debenturista(s) terá(ão) direito à taxa efetiva de juros remuneratórios de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) ao ano, capitalizada diariamente, de forma exponencial, calculada *pro rata temporis*, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculado nos termos da fórmula abaixo ("Remuneração"):

$$J = VNa \times (FatorJuros) - 1, \text{ onde}$$

"J" = Valor unitário de juros, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"VNa" = Valor Nominal Atualizado, nos termos do item 4.4, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, no final de cada Período de Capitalização, observadas as amortizações aplicáveis;

"Fator Juros" = Fator de juros fixos, calculado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

, onde

"taxa" = 8,5000

"DP" = número de Dias Úteis entre a Data da Emissão ou a Data da Incorporação ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller signatures in the center, and initials on the right.

4.5.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês calendário, a partir de 15/04/2014 (“Data de Pagamento de Remuneração”).

4.5.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo de carência que se inicia, no caso do primeiro período, da Data de Emissão até o dia 15/04/2014, e, no caso dos demais períodos, subsequentes, da data de encerramento do Período de Capitalização imediatamente anterior até a data de pagamento da Remuneração.

4.5.4. A Remuneração do primeiro Período de Capitalização não será liquidada financeiramente, mas incorporada ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures, encerrando o primeiro período em 15/04/2014 (“Data da Incorporação”) e as dos demais períodos de capitalização serão liquidadas mensalmente na Data de Pagamento da Remuneração.

4.6. Amortizações Programadas

4.6.1. Amortizações Programadas de Principal. As Debêntures serão amortizadas em 04 (quatro) parcelas anuais sucessivas, a partir de 15/04/2015, conforme o cronograma e percentuais incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, conforme indicado abaixo (“Datas de Pagamento de Principal”, e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração, as “Datas de Pagamento”):

#	<i>Datas de Pagamento de Principal</i>	<i>Percentual</i>
1	15/04/2015	25,00000000%
2	15/04/2016	33,33333333%
3	15/04/2017	50,00000000%
4	15/04/2018	Saldo do Valor Nominal Atualizado

4.7. Garantias

O pagamento das Debêntures será assegurado pelas garantias descritas neste item 4.7 (“Garantias”).

4.7.1. Conta de Depósito. A partir de 15/04/2014, a Emissora deverá depositar, sempre no dia 15 de cada mês, na conta corrente vinculada de sua titularidade (“Conta de Depósito”), mantida no Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco Depositário”), o valor referente a 1/12 da próxima parcela anual de pagamento de principal a ser paga conforme cronograma estabelecido no item 4.6.1 acima. Referidos valores deverão ser mantidos pela Emissora na Conta de Depósito, aplicados em Certificados de Depósito Bancário emitidos por bancos de primeira linha (“CDBs”), sendo que todo e qualquer direito de crédito, atual e futuro, referente aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Depósito será cedido fiduciariamente em favor dos Debenturistas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Conta de Depósito, Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros”).

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller signatures in the center, and initials on the right.

DUCE SP

19.09.2017

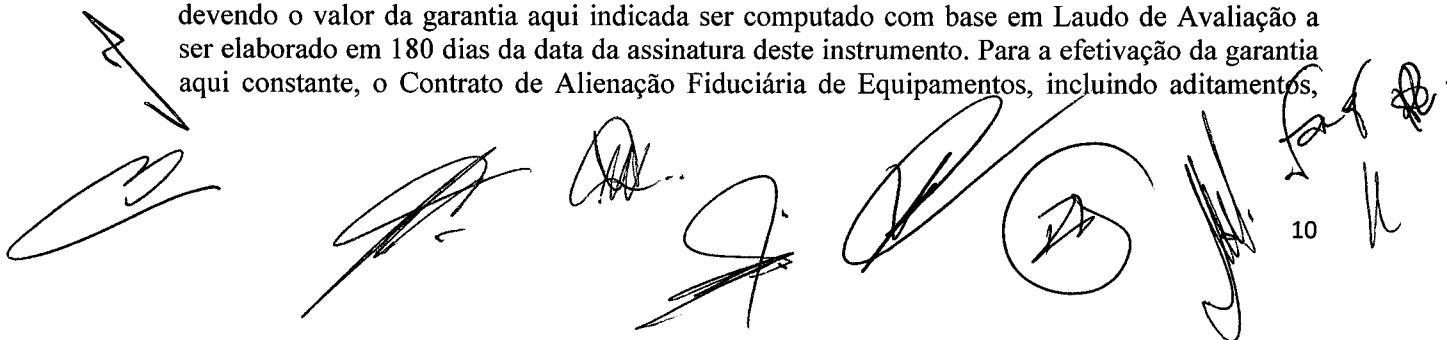
4.7.1.1. Considerando que a efetiva constituição das garantias aqui estabelecidas, notadamente da Alienação Fiduciária de Imóvel, da Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Penhor requer o registro ou averbação, conforme o caso, em cartórios competentes e no DNPM, conforme aplicável, na hipótese de a Emissora deixar de levar a registro e/ou averbações garantias previstas nesta Escritura e nos demais Contratos de Garantia no prazo de até 10 (dez) dias contados da presente data, ou, ainda, caso tais garantias não estejam perfeitas e formalizadas até o prazo 180 (cento e oitenta) dias contados da presente data por ato de responsabilidade exclusiva da Emissora, (i) ocorrerá um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos do item 5.1.1 (x) abaixo; e (ii) os recursos depositados na Conta de Depósito poderão ser utilizados na excussão das garantias, conforme os procedimentos previstos nos respectivos Contratos de Garantia.

4.7.1.1.1. A Emissora deverá cumprir todas as exigências eventualmente feitas pelos cartórios competentes e/ou pelo DNPM, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do conhecimento da respectiva exigência. Se referida exigência, para o seu cumprimento, demandar prazo superior ao aqui estabelecido, a Emissora deverá comunicar tal fato ao Agente Fiduciário.

4.7.2. Alienação Fiduciária de Ações. Alienação Fiduciária da totalidade de Ações de Emissão da Emissora, a ser conferida pelo “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre os acionistas da Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência da Emissora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”), devendo o valor da garantia aqui indicada ser computado com base no Laudo de Avaliação elaborado pela Urca Consulting Group, a ser apresentado ao Agente Fiduciário na Data da Emissão. Para a efetivação da garantia aqui constante o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, incluindo aditamentos, conforme aplicável, será levado a registro nos cartórios de títulos e documentos da sede dosacionistas, da Emissora e do Agente Fiduciário, sendo, ainda, nesta data, averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora.

4.7.3. Alienação Fiduciária de Imóvel. Alienação Fiduciária do seguinte terreno de propriedade da Adher Mineração: área de terras situada no bairro Lavras Velhas, Município Salto de Pirapora, 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Sorocaba Estado de São Paulo, com área de 629.248m2, objeto do registro n.º 4, na matrícula 51.666, do Oficial do 2º Registro de Imóveis de Sorocaba – SP, cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sob o n.º 632.090.315.494-9 (“Terreno”) conferida pelo “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças”, celebrado entre Adher Mineração e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel”), devendo o valor da garantia aqui indicada ser computado em conjunto com a garantia prevista no item 4.7.5 abaixo, com base no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Setape, no qual foi feita avaliação econômico-financeira das minas de calcário e brita objeto das referidas garantias. Para a efetivação da garantia aqui constante, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, incluindo aditamentos, conforme aplicável, será levado a registro nos cartórios de registro imobiliário em que está localizado o Terreno.

4.7.4. Alienação Fiduciária de Equipamentos. Alienação Fiduciária de Equipamentos de titularidade e propriedade da Adher Mineração a ser conferida pelo “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças”, celebrado entre Adher Mineração e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos”), devendo o valor da garantia aqui indicada ser computado com base em Laudo de Avaliação a ser elaborado em 180 dias da data da assinatura deste instrumento. Para a efetivação da garantia aqui constante, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, incluindo aditamentos,



10

conforme aplicável, será registrado nos cartórios de títulos e documentos da sede da Emissora, da Adher Mineração e do Agente Fiduciário.

4.7.5. Penhor sobre Concessão de Lavra para Exploração das Minas de Calcário e Brita Juliano e Bordieri. O penhor sobre os direitos de exploração cedidos pela Adher Mineração à Adher Empreendimentos a ser conferida pelo “Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Minerários”, a ser celebrado entre Adher Mineração, Adher Empreendimentos e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Cominge Prestadora de Serviços Ltda. (“Contrato de Penhor”), devendo o valor da garantia aqui indicada ser computado em conjunto com a garantia prevista no item 4.7.3 acima, com base em Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Setape, no qual foi feita avaliação econômico-financeira das minas de calcário e brita objeto das referidas garantias. Para a efetivação da garantia aqui constante, o Contrato de Penhor, incluindo aditamentos, conforme aplicável, será registrado nos cartórios de títulos e documentos da sede da Emissora, da Adher Mineração e do Agente Fiduciário, devendo, ainda, ser averbado no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM.

4.7.6. Trava de domicílio bancário dos recebíveis decorrentes do fornecimento de calcário. Trava de domicílio bancário para recebimento dos direitos creditórios oriundos do fornecimento de calcário da Adher Mineração e /ou Adhercal para Usiminas, da Adherbrita para Saint Goubain, Supermix e Totalmix “Compradores”, a ser constituída mediante notificação dos Compradores. Para a efetivação da garantia aqui constante, o instrumento formalizador da trava de domicílio bancário, incluindo aditamentos, conforme aplicável, deverá (i) ser registrado nos cartórios de títulos e documentos da sede da Emissora, da Adher Mineração e do Agente Fiduciário; (ii) ser encaminhado às instituições financeiras nas quais serão constituídas as respectivas travas de domicílio bancário para recebimento dos Direitos Creditórios.

4.7.7. Fundo de Liquidez. Sem prejuízo das garantias conferidas, conforme indicados nos itens 4.7.1 a 4.7.6, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter, na Conta de Depósito, a partir da data da primeiraintegralização das Debêntures, até a amortização integral da totalidade das Debêntures, recursos em montante calculado pelo Agente Fiduciário equivalente a, no mínimo, 2 (duas) parcelas mensais de juros remuneratórios da operação e do valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinado ao pagamento de eventuais despesas ou remuneração a serem incorridas pelo Agente Fiduciário para proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme o item 10.1.2.(e) desta Escritura (“Fundo de Liquidez”), tudo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e da presente Escritura. Todo e qualquer direito de crédito, atual e futuro, referente aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Depósito, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, também será cedido fiduciariamente em favor dos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros. Para a efetivação da garantia aqui constante, assim como da indicada no item 4.7.1 acima, o Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros, incluindo aditamentos, conforme aplicável, deverá ser registrado nos cartórios de títulos e documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário.

4.7.7.1. Observado disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros, os valores constantes da Conta de Depósito poderão ser aplicados exclusivamente em Certificados de Depósito Bancário emitidos por bancos de primeira linha (“Investimentos Permitidos”). Os proventos de todos e quaisquer rendimentos, dividendos, bonificações, valor de resgate e/ou de amortização dos Investimentos Permitidos renderão em favor da Emissora, mas constituirão parte integrante da cessão fiduciária criada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros.

4.7.8. Fiança. Garantia fidejussória constituída por fiança irrestrita (“Fiança”), por meio das quais as Fiadoras se obrigam, solidariamente e como principais devedoras, pelo fiel e

DUCEAP

pontual pagamento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura.

4.7.8.1. A garantia conferida pela Fiança será computada para fins do cálculo do Percentual Mínimo de Garantia.

4.7.9. Toda e qualquer Liberação de Recursos deverá observar o Percentual Mínimo de Garantia durante todo o período em que existirem Debêntures em circulação.

4.7.9.1. Caso, a qualquer tempo, exceto antes da primeira Liberação de Recursos, o Percentual Mínimo de Garantia não seja observado, caberá à Emissora realizar o reforço de garantias por meio da constituição de garantias adicionais no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a Emissora apresentar comprovação da referida constituição ao Agente Fiduciário, incluindo os necessários registros, conforme aplicável, sob pena de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado.

4.7.10. As Fiadoras se declaram, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente obrigadas enquanto principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, e acrescido da Remuneração (conforme definido neste instrumento) e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitando a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.7.11. O Valor Garantido será pago pelas Fiadoras no prazo de 5 (cinco) dias contados da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a qualquer das Fiadoras, informando a falta de pagamento, na data do respectivo vencimento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão garantidos pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

4.7.12. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), conforme alterada.

4.7.13. As Fiadoras se sub-rogarão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Escritura.

4.7.14. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das obrigações aqui assinadas pela Emissora.

4.7.15. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das obrigações aqui assinadas pela Emissora.

4.7.16. A Emissora, deverá, em conjunto com o respectivo Contrato de Garantia devidamente registrado, incluindo eventuais aditamentos, para os fins do presente item, apresentar, certidão negativa ou, caso positiva, com efeitos de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil, as certidões negativas ou, caso positivas, com efeitos de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e à Dívida Ativa da União, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

4.7.16.1. Cada Fiadora deverá apresentar certidão negativa ou, caso positiva, com efeitos de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil, as certidões negativas ou, caso positivas, com efeitos de negativa, de débitos relativos a tributos e contribuições federais e à Dívida Ativa da União, expedidas pela Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contado da apresentação do Contrato de Garantia do qual seja parte, devidamente registrado, incluindo eventuais aditamentos.

4.8. Resgate Antecipado e Amortização Facultativa

4.8.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá realizar o resgate antecipado total ou a amortização parcial das Debêntures, neste último caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, mediante notificação ao(s) Debenturista(s), por meio de envio ou de publicação de comunicado, com pelo menos 30 (trinta) dias úteis de antecedência ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial Facultativa"). O Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial Facultativa será feito por meio do pagamento do (i) Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado, no caso do Resgate Antecipado, ou (ii) do efetivo Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado pela Emissora, no caso de Amortização Parcial Facultativa, em ambos os casos acrescidos: (i) da Remuneração, calculada nos termos do item 4.5, até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, e (ii) de prêmio correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor resgatado objeto do Resgate Antecipado ou do valor amortizado objeto da Amortização Parcial Facultativa, incluindo a Remuneração, conforme o caso. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

4.8.2. A Emissora não poderá realizar Resgates Antecipados parciais das Debêntures.

4.8.3. Na notificação do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial Facultativa, e (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures no caso de Resgate Antecipado, ou o Valor Nominal Unitário a ser parcialmente amortizado, no caso de Amortização Parcial Facultativa e, em ambos os casos, acrescidos da Remuneração e prêmio devidos.

4.8.4. Em até 5 (cinco) dias antes do envio de notificação, ou da publicação de comunicado, versando sobre o Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativa, a Emissora deverá comunicar, expressamente e por escrito, à CETIP a sua intenção de proceder ao Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial, disponibilizando as informações mencionadas no item 4.8.3 acima.

4.9. Condições de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

4.9.1. Local e Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou, conforme o caso, os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.

4.9.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.9.3. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida nos termos da presente Escritura, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos à multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização do Valor Nominal Unitário, assim como da Remuneração devida nos termos desta Escritura, desde a data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9.4. Valores Líquidos de Deduções. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.9.4.1. A Emissora, após análise da documentação mencionada no item 4.9.4 acima, deverá comunicar e instruir o Banco Liquidante, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para pagamento de valores relativos às Debêntures, quanto a eventuais casos de imunidade ou isenção tributária de Debenturistas.

CLÁUSULA QUINTA. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1. Observado o disposto no item 5.1.1.1 e seguintes, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, bem como exigirá, mediante envio de comunicação à Emissora, o imediato pagamento dos valores devidos nos termos previstos no item 5.1.3 abaixo, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Vencimento Antecipado"):

(a) não pagamento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, nas respectivas Datas de Pagamento, dos valores devidos no âmbito desta Escritura, incluindo a Remuneração e Valor Nominal Unitário Atualizado;

(b) descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação do referido descumprimento enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, exceto nos casos em que o descumprimento seja de conhecimento da Emissora e/ou das Fiadoras, incluindo, neste caso, descumprimentos das obrigações estabelecidas no item 6.1 desta Escritura;

(c) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa ou intempestiva daquela prevista no item 3.4 desta Escritura;

(d) rescisão, por qualquer motivo, dos instrumentos nos quais encontram-se consubstanciadas as Garantias (“Contratos de Garantia”) ou descumprimento, pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou por qualquer garantidor que seja parte em qualquer dos Contratos de Garantia, de quaisquer obrigações previstas em tais instrumentos, inclusive de reforço de garantia, observados os prazos para a purgação da mora neles estabelecidos;

(e) vencimento antecipado de qualquer dos Contratos de Garantia, observados os prazos de purgação de mora previstos nos respectivos documentos;

(f) suspensão de aspectos relevantes desta Escritura ou de qualquer dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 15 (quinze) dias;

(g) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;

(h) provarem-se falsas, incorretas, incompletas, imprecisas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, pela e/ou de qualquer garantidor que seja parte em qualquer ou dos Contratos de Garantia, excetuadas as hipóteses em que: (i) fique evidente a ausência de má-fé por parte da Emissora e/ou dos garantidores; e (ii) a incorreção verificada não altere de forma significativa o sentido e valores das referidas declarações e garantias;

(i) descumprimento, pela Emissora e/ou de qualquer garantidor que seja parte em qualquer dos Contratos de Garantia, de quaisquer obrigações relevantes referentes aos contratos celebrados com a Agência de Rating ou com o Agente Fiduciário, observados os prazos para a purgação da mora neles estabelecidos;

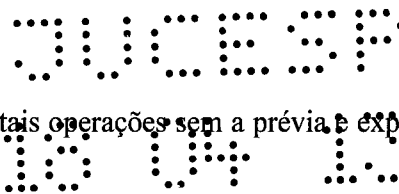
(j) protocolização de pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, tanto da Emissora quanto das Fiadoras, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas;

(k) extinção, liquidação ou dissolução, total ou parcial, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, das Fiadoras ou de qualquer de seus Acionistas;

(l) ocorrência de um evento que afete adversamente (i) as operações, os ativos, negócios, a situação financeira e econômica ou perspectivas da Emissora e/ou das Fiadoras; e/ou (ii) a validade ou exequibilidade dos documentos da Emissão, e, em razão da ocorrência de qualquer dos eventos referidos nos itens (i) e (ii) acima, afete a capacidade da Emissora de cumprir e observar qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura, e/ou de qualquer garantidor que seja parte em qualquer dos Contratos de Garantia (“Impacto Adverso Relevante”);

(m) alienação, oneração, cessão ou transferência de qualquer maneira do controle, direto ou indireto, da Emissora e/ou das Fiadoras, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, exceto no caso de alienação, oneração, cessão ou transferência de qualquer maneira do controle direto para sociedade integrante do mesmo grupo societário, desde que, neste último caso, a transferência seja previamente comunicada, por escrito, ao Agente Fiduciário;

(n) no caso de alienação de ativos representando valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Emissora, apurados com base nas últimas demonstrações financeiras



disponíveis da Emissora, desde que efetuadas tais operações sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(o) caso a Emissora realize qualquer dos eventos descritos no item 7.1 sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;

(p) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou as Fiadoras, cujo valor global ultrapasse ao equivalente a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou as Fiadoras, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência;

(q) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou as Fiadoras, em valor individual ou agregado superior a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão, sem a devida contestação ou sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

(r) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

(s) rebaixamento da nota de risco atribuída a esta Emissão pela Agência de Rating para nota não classificada como de baixo risco de crédito, sempre se considerando a tabela de classificação da agência responsável pela emissão da nota rebaixada;

(t) existência de decisão final desfavorável em qualquer processo, judicial ou de arbitragem, ou procedimento administrativo em curso, no qual a Emissora e/ou as Fiadoras sejam parte, que possa acarretar um Impacto Adverso Relevante;

(u) ausência de manutenção, na Conta de Depósito, do Fundo de Liquidez, calculado nos termos do item 4.7.7 desta Escritura;

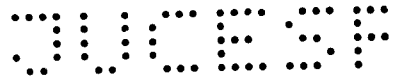
(v) notificação de autuação de processo administrativo, pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, entre outros, cujo julgamento possa afetar significativamente a capacidade legal ou financeira da Emissora e/ou das Fiadoras, ou, ainda, a capacidade operacional da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto se comprovada, na esfera administrativa, ausência de fundamentos para referida autuação;

(w) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado em montante individual ou agregado igual ou superior a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão;

(x) constituição e formalização das Garantias em desacordo com os termos e prazos determinados nesta Escritura e nos respectivos instrumentos relacionados às Garantias;

(y) declaração de nulidade de qualquer Garantia ou ocorrência de qualquer fato superveniente que abale ou reduza o valor de qualquer Garantia, sem que haja substituição ou reforço da respectiva Garantia, segundo condições previamente aprovadas pelos Debenturistas e em conformidade com o disposto nos Contratos de Garantia;

(z) realizar, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, qualquer alteração ou modificação dos atos constitutivos da Emissora, envolvendo (a) aumento de capital, (b) criação ou alteração nas preferências, vantagens ou condições de resgate ou amortização de valores mobiliários, ou criação de uma nova classe de valores mobiliários mais favorecida, (c)



mudança do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras, (d) alteração da composição ou atribuições do Conselho de Administração, (e) alteração do termo de duração da Emissora (f) alteração do tipo societário da Emissora e/ou das Fiadoras ou (g) resgate, recompra ou emissão de ações da Emissora (inclusive opções, bônus, de subscrição ou demais direitos de adquirir quaisquer tais ações) em qualquer valor, exceto com relação a aumento de capital social da Emissora em virtude de incorporação de reservas no capital da Emissora, ou como consequência de dispositivo legal;

(aa) aprovar operação de reestruturação, recuperação ou outra operação, ou a celebração de qualquer outro acordo, que tenha efeito recuperação judicial e/ou extrajudicial, exceto se mediante a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(bb) aprovar a fusão, cisão, incorporação (inclusive de ações), transformação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, observado que, caso tais operações não impliquem em alteração, direta ou indireta do controle da Emissora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, os quais não poderão negar seu consentimento sem justificativa razoável. Para os efeitos desta Escritura, "controle" possui a definição indicada no artigo 116 da Lei 6.404;

(cc) qualquer emissão de Valores Mobiliários, significando, para fins deste instrumento, ações ordinárias, ações preferenciais, debêntures e quaisquer outros valores mobiliários da pessoa em questão, independentemente da nomenclatura adotada ou da existência ou não do direito de voto, incluindo títulos conversíveis em ou permutáveis por ações, opções, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários cujo rendimento seja determinado, no todo ou em parte, por referência aos lucros, receitas ou outro desempenho financeiro da pessoa em questão, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;

(dd) suspensão de um ou mais direitos de acionista em relação a determinado acionista da Emissora; e

(ee) redução de capital social da Emissora e/ou resgate de suas ações, exceto se expressa e previamente aprovado pelos Debenturistas.

5.1.1.1. A ocorrência de qualquer dos eventos, desde que comprovados, indicados nas alíneas "a", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "j", "k", "o", "x", "y", "z", "aa", "bb", "cc", "dd" e "ee" do item 5.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente do envio, à Emissora, de notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, bem como exigirá, mediante envio de comunicação à Emissora, o imediato pagamento dos valores devidos nos termos previstos no item 5.1.3 abaixo.

5.1.1.2. Na ocorrência dos demais eventos indicados nas alíneas do item 5.1.1 acima, a declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias contados da data em que tomar conhecimento do evento.

5.1.1.2.1. A Assembleia Geral a que se refere o item 5.1.1.2 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula Nove. Não havendo deliberação nesse sentido, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.1.2. Será também considerado um Evento de Vencimento Antecipado:

DUCE SP

DEBÊNTURES

- a) o descumprimento pela Emissora ou as Fiadoras, de qualquer obrigação material assumida, conforme o caso, na Escritura de Emissão, neste Contrato e/ou em qualquer dos demais Contratos de Garantia, desde que tal inadimplemento não seja sanado nos prazos neles estabelecidos (caso aplicável); ou
- b) se a Emissora ou as Fiadoras, direta ou indiretamente, ou qualquer de suas sociedades Afiliadas, tentar ou praticar qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura e qualquer dos Contratos de Garantia ou qualquer de suas Cláusulas. Para os fins deste Contrato entende-se por “Afiliada” qualquer sociedade, presente ou futura, incluindo qualquer tipo de fundo de investimento ou condomínio, que, direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum a/por/com a Emissora.

5.1.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos descritos nesta Cláusula Cinco, a Emissora e as Fiadoras obrigam-se solidariamente, inclusive entre si, a efetuar o pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.1.2 acima, do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou última data de pagamento de Remuneração até a data do efetivo pagamento das Debêntures, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

5.1.4. A dívida da Emissora e das Fiadoras não poderá aumentar em relação a situação na Data de Emissão, em mais de 10% (dez por cento) da dívida atual, sem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou das Fiadoras, conforme o caso, e em mais de 30% (trinta por cento) sem a aprovação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral. Este limite exclui as Debêntures objeto da presente Emissão e as debêntures anteriormente emitidas pela Emissora.

5.1.5. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

CLAÚSULA SEXTA. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) manter os seus livros e registros contábeis e fiscais regularmente auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM, devendo a empresa de auditoria deverá prestar aos Debenturistas os esclarecimentos razoáveis que os mesmos venham a solicitar, de tempos em tempos;
- (b) fornecer aos Debenturistas:

- (i) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada primeiro semestre do ano, cópia das demonstrações financeiras completas (controladora e consolidado), relativas aos respectivos semestres sociais;

- (ii) em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora (controladora e consolidada), relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório de administração; (ii) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (iii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- (iii) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas;
- (iv) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 5.1 desta Escritura (vencimento antecipado), na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento, judicial ou administrativo, envolvendo valor equivalente a, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em até 15 (quinze) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da sua respectiva cópia; e
- (vi) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) dias contado da respectiva data de vencimento;
- (c) proceder à adequada publicidade de suas demonstrações contábeis, nos termos exigidos pela Lei 6.404, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da ICVM 476;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil, e permitir que representantes dos Debenturistas (ou de auditor independente por estes contratados) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora, assim como atender integralmente as regulamentações da CVM aplicáveis à Emissora, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas no artigo 17 da ICVM 476;
- (e) enviar à CETIP (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores, conforme previstas no artigo 17 da ICVM 476, (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação nesse sentido; e (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 2 de abril de 2009;
- (f) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(h) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão nos termos da Cláusula Nove desta Escritura;

(i) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(j) manter contratados Auditores Independentes de primeira linha da Emissora, previamente aprovados pelos Debenturistas, para a realização de auditoria na Emissora até o resgate das Debêntures;

(k) observados os termos e prazos constantes nesta Escritura, manter contratado(s) agência(s) classificadora(s) de risco nacional para atribuição anual de rating das Debêntures, com fornecimento do resultado obtido aos Debenturistas, durante toda a vigência das Debêntures. Os Debenturistas escolherão a(s) agência(s) classificadora(s) de risco, podendo, inclusive, escolher, para todo ou parte do período de vigência das Debêntures, duas agências de risco, a seu exclusivo critério;

(l) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(m) notificar os Debenturistas sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção, suspensão ou que de qualquer forma possa afetar as atividades da Emissora;

(n) não distribuir dividendos (inclusive o mínimo obrigatório) e/ou juros sobre capital próprio, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, no caso de a Emissora e/ou as Fiadoras encontrarem-se inadimplentes com qualquer obrigação decorrente desta Escritura e/ou quaisquer outros documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando a, ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado;

(o) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

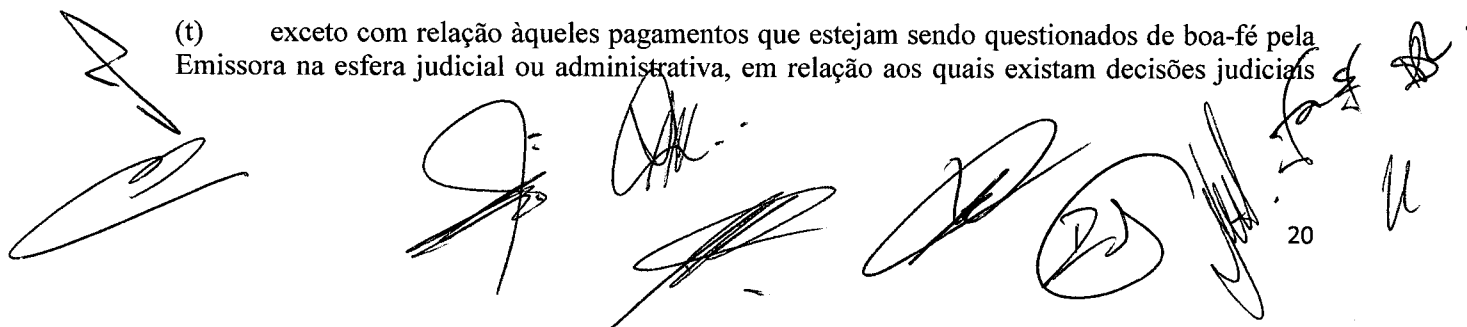
(p) aplicar os recursos obtidos por meio desta Emissão estritamente conforme descrito nesta Escritura;

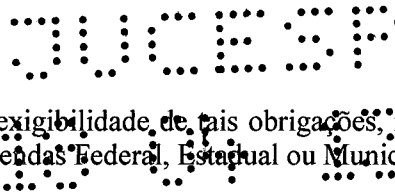
(q) não reduzir seu capital social, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;

(r) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura, das Debêntures, dos Contratos de Garantia, fato este que deverá ser comunicado imediatamente aos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário;

(s) apresentar ao Agente Fiduciário cópias de todas as atas das Assembleias Gerais de acionistas e das Reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;

(t) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, em relação aos quais existam decisões judiciais





ou administrativas que tenham suspenso a exigibilidade de tais obrigações, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(u) enquanto houver Debêntures em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

(v) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, o Agente Fiduciário, o Agente Escriturador, a Agência de Rating e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP);

(w) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(x) não utilizar, em suas atividades normais e vinculadas a seu objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição. Por mão de obra infantil, entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou que tem probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança;

(y) comunicar imediatamente aos Debenturistas quaisquer ocorrências que caracterizem um Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures da presente Emissão.

CLAÚSULA SÉTIMA. DIREITOS ADICIONAIS DOS DEBENTURISTAS

7.1. Direitos Adicionais dos Debenturistas

Sem prejuízo dos demais direitos previstos na presente Escritura, quaisquer modificações nas condições das Debêntures dependerão da aprovação dos Debenturistas. Além disso, a implementação de quaisquer dos atos abaixo elencados deverá ser previamente submetida à aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral convocada na forma da Cláusula Nove abaixo:

(i) nomeação de administrador judicial; decisão pela liquidação, dissolução ou recuperação judicial da Emissora ou de qualquer controlada, ou subsidiária da Emissora (as “Empresas do Grupo”);

(ii) aprovação de quaisquer contratos, operações, transações ou acordos de qualquer natureza que resultem em obrigações para Emissora ou a liberação de terceiros de obrigações para com a Emissora e/ou Empresas do Grupo, exceto mútuos relacionados às Fiadoras desde que dentro do escopo do item 3.4, de valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou se exceto previamente indicado nesta Escritura;

(iii) aprovação de investimentos, despesas, desembolsos que não estejam dentro do escopo do item 3.4 ou, ainda, endividamento da Emissora que, individualmente ou quando considerados conjuntamente, tenham valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em um mesmo exercício social;

(iv) outorga, pela Emissora e/ou demais Empresas do Grupo, de fianças, avais ou quaisquer outras modalidades de garantia a terceiros alheios às Empresas do Grupo, que,

individualmente ou quando considerados conjuntamente, tenham valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em um mesmo exercício social;

(v) grupamento, desdobramento, resgate, reembolso, amortização e/ou qualquer operação envolvendo as próprias ações de emissão da Emissora e/ou das Empresas do Grupo;

(vi) alteração na estrutura, regras e composição dos órgãos de administração da Emissora e/ou das Empresas do Grupo, inclusive com relação à eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, mudança do número de membros e/ou alteração de competências destes órgãos sociais;

(viii) atribuição a administradores ou empregados da Emissora e/ou das Fiadoras, de participação nos lucros da Emissora e/ou das Fiadoras ou de outorga de opção de compra de ações; e

(ix) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio.

CLÁUSULA OITAVA. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A Emissora e as Fiadoras, neste ato, declaram e garantem, conjunta e solitariamente que:

(a) cada uma delas é uma sociedade validamente organizada, constituída e existente em conformidade com a legislação brasileira e ambas possuem plena capacidade para o desenvolvimento de seus objetos sociais e para exercerem os direitos e assumirem as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(b) cada uma delas está devidamente autorizada e obteve todos os registros e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, celebrados, nesta data, no âmbito desta Escritura, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto;

(c) esta Escritura e cada um dos documentos da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e das Fiadoras, exequível de acordo com seus termos e condições;

(d) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seus Estatutos Sociais ou qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;

(e) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Fiadoras ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou as Fiadoras sejam partes; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou Fiadoras, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

DUCESP

(f) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e das Fiadoras referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou as Fiadoras, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e/ou as Fiadoras, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;

(h) não têm conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive sem limitação, de natureza ambiental, envolvendo a Emissora, as Fiadoras e seus acionistas perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro que possam causar um Impacto Adverso Relevante;

(i) não há garantias constituídas em favor de credores da Emissora e/ou das Fiadoras que possam de qualquer forma impactar as Garantias;

(j) encontram-se adimplentes no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;

(k) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei 6.404, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

(l) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão.

8.2. A Emissora e as Fiadoras obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) comprovadamente incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oito.

8.3. As Fiadoras têm conhecimento pleno e integral da totalidade dos termos, cláusulas e condições dos contratos e documentos que subsidiam a presente Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos Contratos de Garantia, independentemente da oposição de sua assinatura em cada um deles, de forma que, por meio desta expressamente anui e concorda com cada um deles, ficando obrigado, inclusive no que se refere à execução da garantia afiançada no caso de inadimplemento de tais contratos.

CLÁUSULA NONA. DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

Sem prejuízo do aqui disposto, à Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei 6.404.

9.1. Convocação

A assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei 6.404, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias e máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias e, no máximo, 10 (dez) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.2.1. Para fins de deliberação acerca de Eventos de Vencimento Antecipado aplicar-se-á o prazo constante no artigo 124, §1º, I, da Lei 6.404.

9.1.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de Empresas do Grupo, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

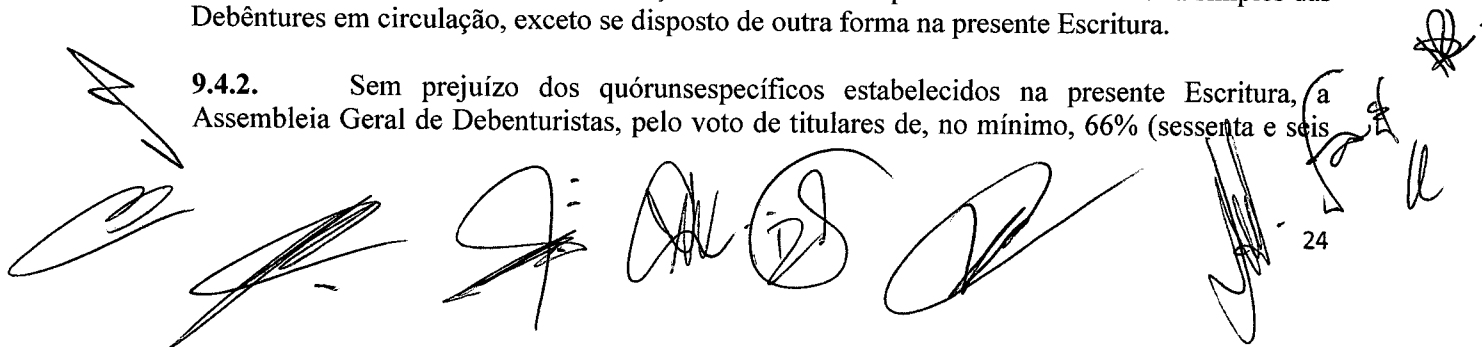
9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturista, a cada Debênture em circulação caberá um voto. As deliberações serão tomadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em circulação, exceto se disposto de outra forma na presente Escritura.

9.4.2. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos na presente Escritura, a Assembleia Geral de Debenturistas, pelo voto de titulares de, no mínimo, 66% (sessenta e seis



24

por cento) das Debêntures em circulação, poderá aprovar modificações nas condições das Debêntures, desde que tais condições tenham sido igualmente aprovadas pela Emissora, inclusive o presente item.

9.4.3. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.2 acima, para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e/ou seus procuradores nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA DÉCIMA. DO AGENTE FIDUCIÁRIO E DO AGENTE ESCRITURADOR

10.1. Do Agente Fiduciário

10.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

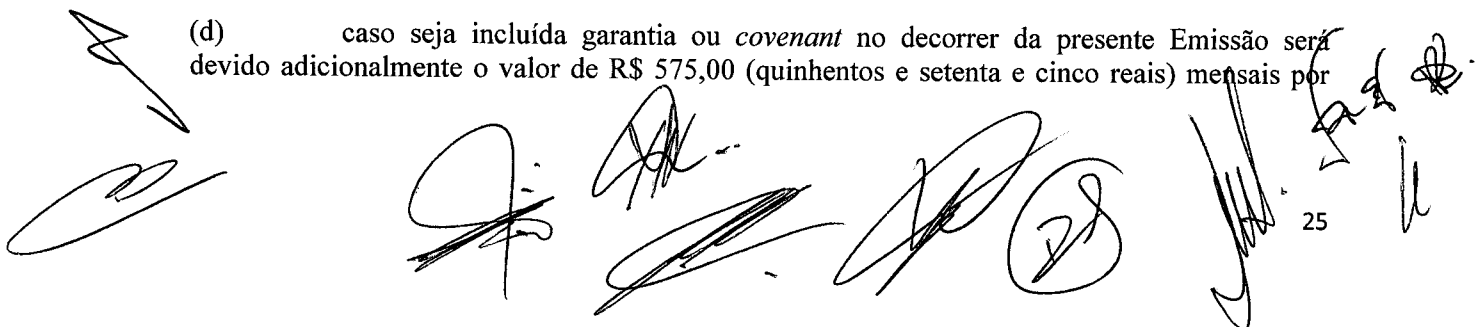
10.1.2. Remuneração do Agente Fiduciário. Será devida, pela Emissora, ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração equivalente a:

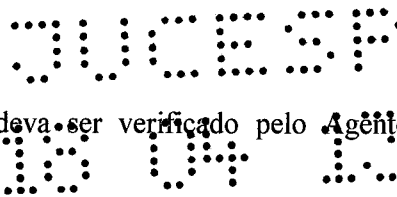
(a) uma parcela única no valor de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), devidos na data de assinatura desta Escritura;

(b) parcelas trimestrais no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido na data de assinatura desta Escritura e os demais a cada 03 (três) meses subsequentes, até o resgate total das Debêntures;

(c) caso a Emissora ou garantidores da Emissão não estejam adimplentes com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de alteração das condições das Debêntures após a subscrição das Debêntures, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures em assembleia geral, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou os garantidores permanecerem nesta situação;

(d) caso seja incluída garantia ou *covenant* no decorrer da presente Emissão será devido adicionalmente o valor de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) mensais por





cada garantia ou *covenant* adicional que deva ser verificado pelo Agente Fiduciário em periodicidade trimestral, semestral ou anual;

(e) A Emissora deverá manter em sua Conta de Depósito aplicação em fundo de investimento de renda fixa ou Certificados de Depósito Bancários com liquidez diária no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) na Conta de Depósito, com o objetivo específico de pagamento de despesas necessárias à proteção dos Debenturistas e eventual remuneração do Agente Fiduciário. Após o resgate da emissão, esse valor será liberado para a Emissora.

(f) os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir da data de assinatura desta Escritura;

(g) as remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, correios, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação do serviço Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora;

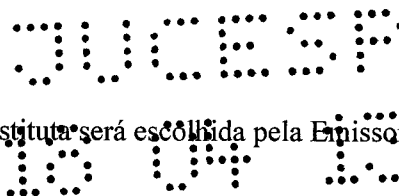
(h) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

(i) os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLLe outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras; e

(j) caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente ou terminado o contrato antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral ou do término do contrato, o valor correspondente a 3 (três) meses de remuneração.

10.1.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo Agente Fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.

10.1.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea "b" do item 10.1.4 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua



substituição. Nesta hipótese, a instituição substituta será escolhida pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

10.1.3.2. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

10.1.3.3. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial competente onde será inscrita esta Escritura.

10.1.3.4. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

10.1.3.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o agente fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

10.1.3.6. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 10.1.3, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão, as Garantias e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

10.1.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

10.1.4. Deveres. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

27

DUCE SP

18.04.13

(d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(e) acompanhar trimestralmente a manutenção e ocorrência dos eventos previstos nas alíneas dos itens 5.1 e 5.1.2 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento e/ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

(f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(h) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei 6.404, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida em informações divulgadas pela Emissora; (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na ICVM 476; (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto a administradores da Emissora; (vi) cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; (viii) amortização e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período; e (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração, bem como declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;

(j) enviar aos Debenturistas o relatório de que trata a alínea “i” acima, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, bem como disponibilizá-lo, no mesmo prazo, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(iii) na CVM; e

(iv) na CETIP.

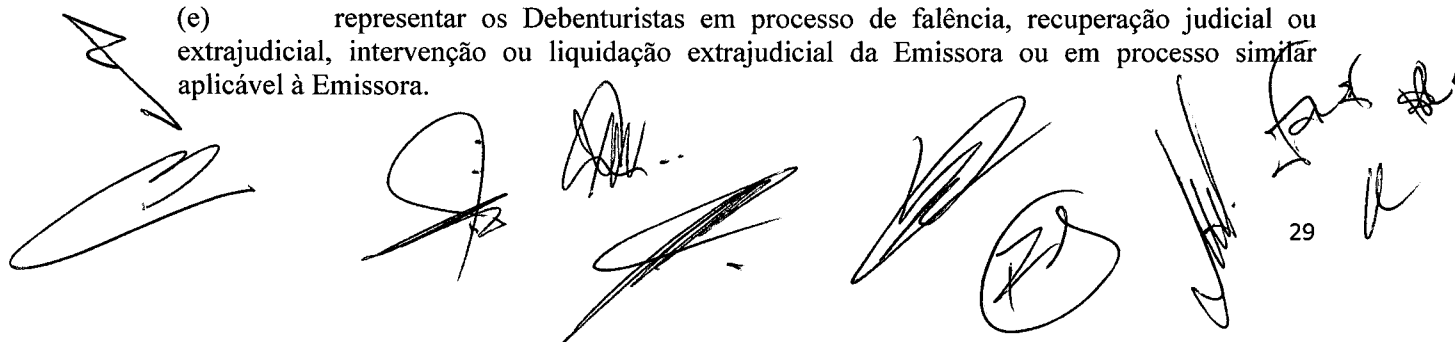
(k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

DUCE SP
10.04.10

- (l) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada aos Contratos de Garantia;
- (m) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (n) solicitar, quando considerar necessário e às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que comprove a necessidade de realização da referida auditoria;
- (o) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, comparecendo na data da sua efetiva ocorrência para prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (p) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (q) comunicar aos Debenturistas, na forma desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea “i” acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “j” acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (s) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP e à CVM; e
- (t) encaminhar, aos Debenturistas, cópia das demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, em até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, pelo Agente Fiduciário.

10.1.5. Atribuições Específicas. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula Cinco acima;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.



29

10.1.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do item 10.1.5 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas assim o autorizarem.

10.2. Do Escriturador Mandatário

O Itaú Unibanco S.A. será o agente escriturador da presente emissão de Debêntures, responsável também pela custódia da Escritura e dos demais documentos associados à Emissão.

10.3. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e a custos praticados no mercado, previamente comunicadas à Emissora, que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.3.1. O ressarcimento a que se refere o item 10.3 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.3.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, somente poderão ser incorridas pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos Debenturistas se previamente aprovadas pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal fim, observada a obrigatoriedade de ressarcimento, pela Emissora, dos valores aqui mencionados, conforme previsto em lei, desde que devidamente comprovados os respectivos gastos. As despesas referidas neste item, se aprovadas pelos Debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Todos os custos e despesas referidos neste item serão de inteira responsabilidade da Emissora, não estando o Agente Fiduciário obrigado pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos se os mesmos não forem previamente aprovados pelos Debenturistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

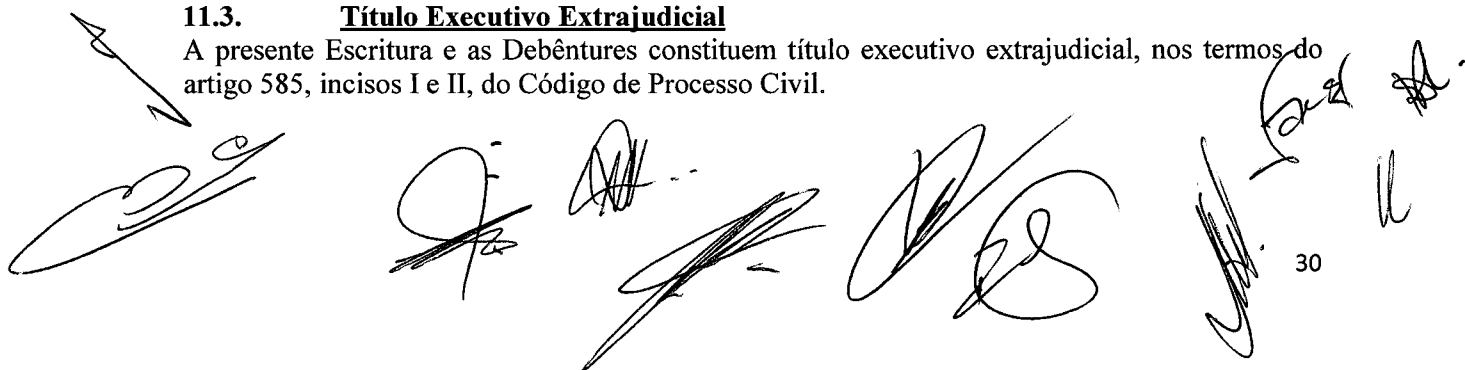
Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Independência das Disposições

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Título Executivo Extrajudicial

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.



DUCE SP

18 04 13

11.4. Tutela Específica

11.4.1. O não cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura sujeitará a parte infratora às medidas judiciais cabíveis, incluindo perdas e danos e aquelas relacionadas à obtenção da tutela específica da obrigação inadimplida.

11.4.2. As Partes da presente Escritura desde já reconhecem e concordam que será nula e ineficaz perante a Emissora, o Interviente Anuente e/ou qualquer terceiro, qualquer ato ou negócio jurídico que represente violação às obrigações assumidas pelas Partes da presente Escritura.

110.4.2.1. Qualquer das Partes da presente Escritura poderá requerer a execução específica das obrigações assumidas pelas demais Partes nos termos desta Escritura, especialmente com vistas à anulação da assembleia geral que aceite como válido o voto proferido contra disposição expressa desta Escritura.

11.4.3. A eventual abstenção pelas Partes da presente Escritura, incluindo seus administradores, do exercício de quaisquer dos direitos assegurados nesta Escritura não configurará, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas nesta Escritura.

11.4.4. Quando de sua investidura, os administradores da Emissora deverão obrigar-se expressamente a observar e respeitar todos os termos e condições desta Escritura.

11.5. Cessão

Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures ou seus direitos decorrentes da presente Escritura, observadas as normas aplicáveis à distribuição de valores mobiliários, caso pertinente. A Emissora não poderá ceder quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes da presente Escritura e/ou das Debêntures.

11.6. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, dos Contratos de Garantia e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora

11.7. Irrevogabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.8. Comunicações

11.8.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, no jornal local "Empresas e Negócios" de São Paulo, e no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 289 da Lei 6.404, bem como mediante envio de comunicação escrita para o endereço do Debenturista conforme indicado pelo Agente Escriturador.

11.8.2. As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário ou a CETIP, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

JUCESP
18.04.13

Se para a Emissora e/ou Fiadoras

ADHER INVESTIMENTOS S.A./ ADHER EMPREENDIMENTOS / ADHERMIX / ADHERBRITA / ADHERCAL

At. Sr. Adao Heleno Rodrigues e Yuri Jansiski Motta

Alameda Araguaia, 933 – 9º andar – Edifício Alpha Enterprise – Alphaville

BARUERI - SP

Telefone: (11) 4195-5252

Se para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

At. Sr. Juarez Dias Costa

Endereço: Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, grupo 317, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2490-4305

Fac-símile: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdvm.com.br

Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663 – 4º andar

CEP: 01452-001 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

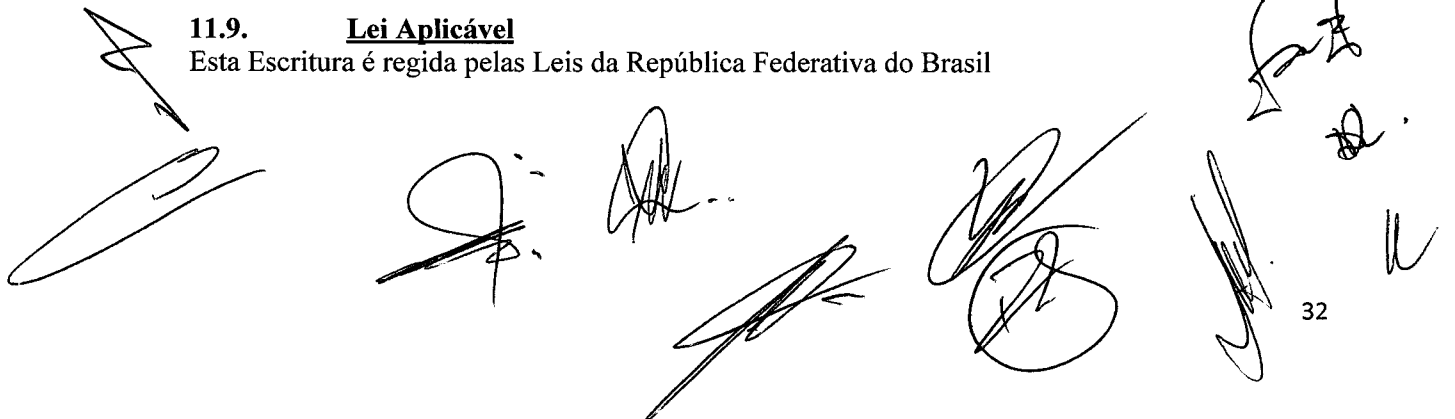
11.8.3. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.8.3.1. Eventuais notificações enviadas para informar a ocorrência de quaisquer inadimplementos de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão somente serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

11.8.4. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

11.9. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil



DUCE SP

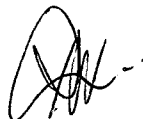
11.10. Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se encontrarem, assim, justos e contratados, assinam a presente Escritura em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença e juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.


Barueri, 08 de abril de 2013

(Assinaturas na próxima página. O restante da página foi intencionalmente deixado em branco)



Página de Assinaturas do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA ADHER INVESTIMENTOS S.A.”.

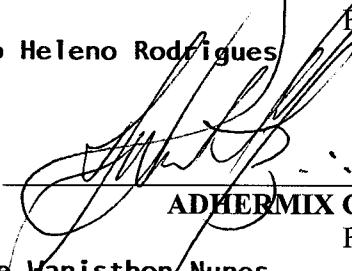

 
ADHER INVESTIMENTOS S.A.
 ADÃO HELENO RODRIGUES Emissora Karen Tatiana Rodrigues
 Adão Heleno Rodrigues Karen Tatiana Rodrigues


GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
 Agente Fiduciário
 Sergio Alberto Rosenwald
 Sergio Alberto Rosenwald
 Diretor
 RG: 2.012.038 IFP
 CPF: 030.007.457-34

 
ADHER MINERAÇÃO LTDA.
 Fiadora
 Marcus Vinicius Coutinho Rodrigues Yuri Jansiski Motta

 
ADHERBRITA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.
 Fiadora
 Karen Tatiana Rodrigues Samaris Pereira da Silva

 
ADHERCAL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.
 Fiadora
 Adão Heleno Rodrigues Josevaldo Rodrigues de Oliveira

 
ADHERMIX CONCRETO LTDA.
 Fiadora
 Jose Vanisthon Nunes Heitor Vitarelli

ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.

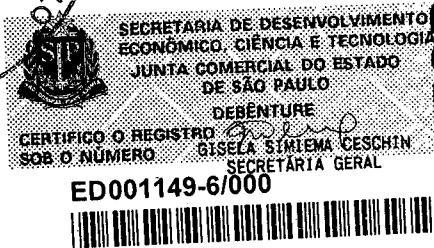
Fiduciária

ADÃO HELENO RODRIGUES

Testemunhas:

Nome: Wladimir de Santa Laiter
CPF: 392.595.798-72
RG 5.560.707-SSP/SP

Nome: RAFAEL O.R. DE SOUZA
CPF: 226-586.928-70
RG 44.212.716-9-SSP/SP



JUCESP